

Remando contra a corrente: Projeto Reca e a busca da sustentabilidade na Amazônia

Elder Andrade de Paula
Mauro César Rocha da Silva*

A expansão da “fronteira” agrícola na Amazônia e os seus efeitos negativos têm sido marcados por intenso debate de alcance internacional. O padrão de ocupação e uso das terras adotado na segunda metade do século XX – centrado na grande empresa capitalista – vem resultando na exploração predatória da natureza, no extermínio de populações indígenas e na exclusão social do campesinato. No decorrer dos anos 90, a profusão de experimentos comunitários de base local considerados sustentáveis em diversos pontos do território amazônico afiançou um clima de otimismo em torno das possibilidades de redirecionamento das estratégias para o desenvolvimento na região.

Este artigo chama a atenção para os novos desafios que se impõem àqueles que reconhecem a importância da conservação da biodiversidade e se preocupam com a sustentabilidade da pequena produção de base ru-

ral na Amazônia. Ele foca o Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Projeto Reca), desenvolvido no estado de Rondônia, em uma faixa de fronteira com o Acre. Considerado um dos exemplos mais bem-sucedidos em termos de adoção de alternativa sustentável de desenvolvimento¹, o projeto também foi apontado como uma das “oito melhores experiências de organização e de produção do planeta apresentadas aos presidentes de sete dos mais ricos países do mundo reunidos em Miami” (Reca, 2003).

Breve histórico do Projeto Reca

O ano de 1984 foi marcante na trajetória do Projeto Reca. De acordo com depoimentos de diversas lideranças, naquele ano, um grande contingente de migrantes chegou à Ponta do Rio Abunã (atualmente município de Nova Califórnia), extremo oeste de Rondônia, na fronteira com o Acre. Atraídas pela oferta de lotes de terras no antigo Seringal Santa Clara, transformado em Projeto Integrado de Colonização pelo Incra, muitas famílias oriundas do Sul do país vieram se juntar a posseiros e antigos seringueiros que já viviam na área.

A exemplo do que ocorria nos demais projetos do Incra, esse contingente de migrantes ficou relegado à própria sorte. Não dispo de boas condições de moradia, de apoio à produção e submetidas aos re-

¹ Por alternativa sustentável de desenvolvimento, estamos considerando aqueles experimentos que articulam as dimensões socioculturais, ambientais, econômicas e políticas, que se traduzem sinteticamente na elevação dos níveis sociais de vida e renda; padrão de uso da terra pautado nos princípios agroecológicos articulados com valorização da cultura; organização e participação dos agricultores no processo decisório.



Com a legalização a fábrica começa a funcionar

correntes surtos de malária, muitas famílias abandonaram seus lotes. Aqueles que permaneceram em suas terras tentaram sobreviver com plantios de arroz, feijão, milho e café, culturas com as quais já estavam habituados a lidar tradicionalmente no Centro-Sul do país e em suas andanças pelo Mato Grosso e Rondônia.

Como já havia acumulado maior conhecimento sobre a natureza e a megabiodiversidade existente, por sua vivência na floresta e pelo intercâmbio socio-cultural com antigos moradores, um grupo pensou na possibilidade de testar algumas plantas nativas da região como alternativa de produção, que fossem ao mesmo tempo compatíveis com a conservação do meio ambiente e mais rentáveis economicamente. Foi com essa perspectiva que no ano de 1989 foi fundada a Associação de Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça, inicialmente com 80 associados. Entre seus objetivos iniciais, figurava a recuperação de áreas degradadas com a implantação de sistemas de cultivos agroflorestais.

A partir dos anos 80, os Sistemas Agroflorestais (SAFs) desenvolveram-se como um tipo especial de manejo mais adaptado às condições peculiares dos ecossistemas tropicais amazônicos, e como alternativa ao tradicional sistema de corte e queima, buscando dar respostas socioeconômicas e ambientais ao insustentável processo econômico de ocupação da Amazônia.

As principais vantagens que asseguram a viabilidade dessas experiências dizem respeito à diversificação sequencial da produção; à diminuição dos efeitos negativos causados pelas sazonalidades dos preços dos produtos ou quebra de safra; à recuperação dos solos degradados; ao reaproveitamento natural dos compostos orgânicos e eliminação do uso de adubos químicos; à recomposição da paisagem com cobertura florestal e ao controle natural de pragas.

Os SAFs no Projeto Reça foram baseados na combinação produtiva de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), pupunha (*Bactris gasipaes*), castanha (*Bertholletia excelsa*) e essências florestais. Foram implantados cerca de 450 hectares dessas três espécies. No início dos anos 90 começaram a aparecer os primeiros resultados econômicos dos SAFs, com uma safra de 120 toneladas de cupuaçu. Uma agroindústria foi instalada para o beneficiamento da polpa de cupuaçu e de palmito de pupunha, onde toda a produção passou a ser processada de forma comunitária. Dessa forma, o Projeto Reça impulsionou a criação do município Nova Califórnia.

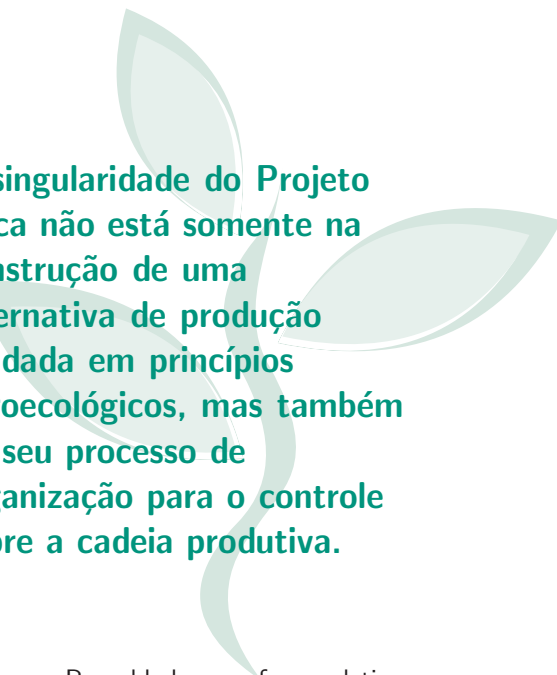


Nova Califórnia localiza-se na Ponta do Abunã, extremo oeste de Rondônia, na fronteira com os estados do Acre e do Amazonas.

Mapa produzido por Claudécir Agostini

Em busca da sustentabilidade

A singularidade do Projeto Reça não está somente na construção de uma alternativa de produção fundada em princípios agroecológicos, mas também no seu processo de organização para o controle sobre a cadeia produtiva. No que se refere à organização, as lideranças do Projeto afirmam sempre que as conquistas obtidas até então resultam da sua *força coletiva*, que é fruto de um intenso processo de formação de base articulado com um tipo de gestão que envolve ampla participação no processo decisório, hoje com cerca de 360 associados.



A singularidade do Projeto Reca não está somente na construção de uma alternativa de produção fundada em princípios agroecológicos, mas também no seu processo de organização para o controle sobre a cadeia produtiva.

Respalhada nessa força coletiva e na sua capacidade de articulação em redes nacionais e internacionais, a coordenação do Reca deu um ousado passo ao implantar agroindústrias e buscar mercado para seus produtos. Comercializa polpa congelada de cupuaçu, manteiga de cupuaçu, sementes e palmito de pupunha. No entanto, os desafios nessa nova fase do Projeto Reca, como o de processamento industrial e comercialização desses produtos, ainda são enormes, seja pela instabilidade dos preços, pelas flutuações de um mercado consumidor ainda não consolidado, pela falta de infra-estrutura adequada (equipamentos e instalações produtivas), mas principalmente, pela ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento da produção familiar.

Mesmo diante dessas limitações, o Projeto Reca, com forte suporte comunitário e organizacional, tem demonstrado que o sistema produtivo baseado nos SAFs possibilitou o aumento da renda familiar; a melhoria da alimentação; a diminuição dos riscos de perdas com queda de safras devido à diversificação da produção; e a proteção do meio ambiente com aumento da fertilidade do solo.

Nas contas do Sr. Leonir, um dos associados, os SAFs trazem um retorno econômico, além do ambiental, quatro vezes maior do que a pecuária: *Trinta e dois hectares de pastagens rendem por ano R\$ 16 mil com a venda de bezerras. Em 5,5 hectares de SAFs, com rendimento médio, consigo R\$ 10 mil por ano.*

Considerações finais

A experiência do Projeto Reca demonstra com muito vigor as possibilidades de trilhar um caminho diverso daquele iniciado nos anos 70 e reto-

mado com nova alegoria em fins dos 90. O avanço na construção de uma alternativa que combina o uso inteligente da biodiversidade com a proteção do meio ambiente e elevação dos níveis sociais de vida dos pequenos produtores na Amazônia requer uma atenção especial por parte do governo no sentido de redirecionar as políticas públicas na região. A continuidade das políticas e estratégias de desenvolvimento atualmente em curso na Amazônia, sobretudo aquelas centradas no incentivo ao agronegócio (soja, pecuária e madeira), tende a desestimular a ampliação de experimentos similares ao do Reca e aprofundar a insustentabilidade de um estilo de desenvolvimento que se nutre da produção destrutiva e agrava o drama social da maior parte da população regional. Está na hora, portanto, de retomar o senso crítico que marcou a luta de resistência na Amazônia nas décadas de 70 e 80, com o intuito de manter acesas as chamas da esperança de que experiências como as do Projeto Reca possam deixar de ser exceção e constituam-se em regra no futuro.

**Elder Andrade de Paula: prof. adjunto do DFCS/UFAC, coordenador do Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental elderpaula@uol.com.br*

Mauro César Rocha da Silva: prof. do DFCS/UFAC e pesquisador do Grupo Pesacre. maurorocha@pesacre.org.br

Referências:

ANDERSON, Anthony et. al. *Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis*. Brasília: IIEB, 2002.

PAULA, Elder. *Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. 2003. Tese/Doutorado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

RECA (Brasil). *Nosso jeito de caminhar: a história do Reca contada por seus associados, parceiros e amigos*. Brasília, 2003.

RODRIGUES, Ricardo L. *Análise dos fatores Determinantes do Desflorestamento Na Amazônia Legal*. 2004. Tese/Doutorado. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.